

22 FEV 1997

Empresas financiam setor público

■ Em 96, governo tomou R\$ 45,75 bilhões de recursos da iniciativa privada para financiar as suas contas, quase tudo em juros

CLAUDIA SAFATLE E
WLADIMIR GRAMACHO

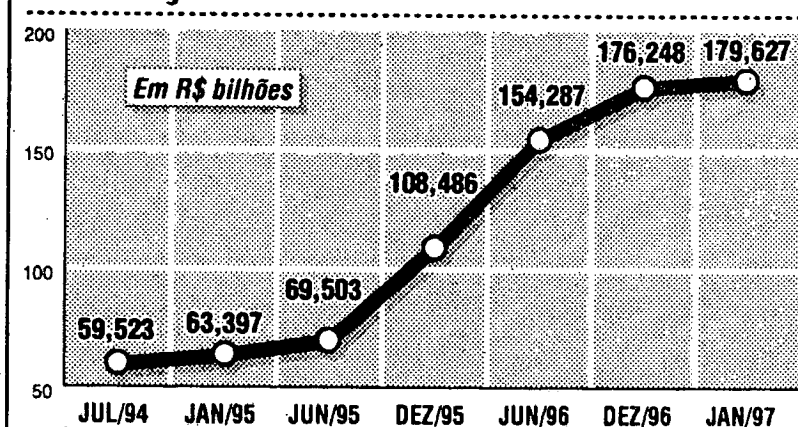
BRASÍLIA — O setor público tomou, no ano passado, R\$ 45,75 bilhões de recursos do setor privado, para financiar o desequilíbrio crônico das contas dos governos federal, estaduais e municipais. A cifra representa quatro vezes o valor da Companhia Vale do Rio Doce, estimado entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Do montante total, R\$ 44,99 bilhões foram usados tão e somente para pagamento de juros das dívidas. Apenas R\$ 751 mil foram destinados para cobrir despesas correntes ou investimentos. O déficit do setor público, no conceito nominal, foi, portanto, equivalente a 6,09% do Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Tanto pelo conceito de déficit nominal quanto excluindo os juros (déficit operacional), houve uma ligeira melhora do quadro fiscal em 1996, se confrontado com o desastre ocorrido no ano de 1995. O déficit operacional, que ficou em 3,89% do PIB — ou R\$ 29 bilhões — foi até uma boa surpresa para a área econômica, que esperava algo mais próximo de 4,5% do PIB.

Juros reais — Desses, 3,79% do PIB corresponderam aos juros reais. Mesmo com essa melhora, porém, a situação fiscal não é confortável. O setor público não poupa nada e ainda abocanha parte da poupança privada, que poderia es-

A evolução*



(*) Dívida pública Federal no Plano Real, inclui títulos dos estados que estão sendo rolados pelo Banco Central

tar financiando novos investimentos e empregos, para tapar um buraco que no ano passado foi produzido principalmente pelos juros. A política de juros conduzida pelo Banco Central foi considerada fortemente conservadora até por ministros do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O governo trabalha com três conceitos de déficit público: nominal, que representa o endividamento que foi necessário fazer junto ao setor privado, acrescido da correção monetária e dos juros das dívidas; operacional, uma invenção doméstica que mostra o déficit sem os efeitos da inflação ou correção monetária.

Já o primário, uma terceira metodologia que trata da diferença entre receitas e despesas, excluindo totalmente os encargos de dívidas. Em tempos de inflação baixa, o

melhor conceito para saber o que anda ocorrendo na área fiscal, é o nominal. O governo gosta, porém, de destacar os resultados na metodologia operacional.

Os maiores vilões, olhando o déficit operacional, foram os governos estaduais e municipais, que gastaram R\$ 14 bilhões a mais do que podiam em 1996. A seguir, veio o governo federal, com um buraco de R\$ 12,5 bilhões. As empresas estatais foram responsáveis por gastos a descoberto de R\$ 2,5 bilhões.

Dívida Líquida — Em 1996, segundo os dados divulgados ontem pelo Banco Central, a dívida líquida total do setor público bateu em R\$ 268,97 bilhões, equivalentes a 34,5% do PIB. Em relação ao saldo de 1995, houve um aumento de R\$ 60,5 bilhões, cifra que representaria quase 13 vezes o que o

governo espera arrecadar com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Nesse bolo de dívida, o grande peso é a contratada no mercado interno, que representa um total de R\$ 237 bilhões. A dívida externa é de R\$ 32 bilhões.

O BC também divulgou os dados sobre a corrida do mercado em busca de papéis do Tesouro Nacional com correção cambial. O Tesouro teve que vender no mês de janeiro quase R\$ 5 bilhões desses papéis para atender à demanda dos investidores por garantias (*hedge*) contra uma eventual mudança na política cambial.

Quem comprou, queria se proteger de uma eventual desvalorização do real, o que não foi confirmado durante a semana passada, com a simples elevação da banda cambial — faixa dentro da qual é fixada a cotação do dólar. Atualmente, o mercado tem mais de R\$ 16 bilhões em títulos do Tesouro com correção cambial.

Outra novidade foi o impacto da cobrança da CPMF, inaugurada em 23 de janeiro, na distribuição do dinheiro nas carteiras dos bancos. Em apenas uma semana, houve elevação de R\$ 1,5 bilhão nos depósitos em conta corrente.

Isso porque grande parte das aplicações de curto prazo, com rendimento e liquidez diários, deixou de ser vantajosa para o correntista. A incidência de 0,2% sobre o dinheiro investido muitas vezes superava o rendimento.